

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM ÁREAS DE EXPANSÃO URBANA DE BARREIRAS (BAHIA): ANÁLISES CONSOLIDADAS¹

Paloma de Souza Nascimento
Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)
palomapsn@hotmail.com

RESUMO:

A expansão das cidades em áreas não metropolitanas no Brasil, sobretudo, as cidades médias, tem colocado desafios para os estudiosos devido à complexidade das funções urbanas apresentadas. Este trabalho tem como objetivo refletir sobre os impactos socioambientais em áreas de expansão urbana, especificamente por meio da implantação de novos loteamentos, tomando como referência empírica a cidade de Barreiras, localizada no Território de Identidade da Bacia do Rio Grande. Para tanto, a metodologia consistiu no levantamento bibliográfico e empregou-se o método de *CheckList* na identificação dos impactos socioambientais nos meios físico, biótico e antrópico, sendo estes caracterizados por atividades de efeitos positivo e negativo. Portanto, os resultados possibilitaram compreender que a implantação desses empreendimentos imobiliários apresenta potenciais consequências negativas para a qualidade ambiental urbana.

Palavras-chave: Expansão urbana; Impactos Socioambientais; Barreiras (BA).

GT – 15: Brasil Não-Metropolitano: Temporalidades e Espacialidades Urbanas.

¹ Este artigo compreende parte dos resultados obtidos com a pesquisa desenvolvida no mestrado em Ciências Ambientais, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Baqueiro Brandão. A pesquisa contou com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

1 INTRODUÇÃO

A concentração da população e o crescimento acelerado nos/dos centros urbanos resultaram em implicações de ordem econômica, social e ambiental. A relação desarmoniosa entre as atividades humanas e o meio ambiente tem favorecido a degradação dos solos, do ar, da cobertura vegetal, da biota, dos mananciais superficiais e subterrâneos.

Um conjunto de problemas econômicos, sociais e ambientais associados à expansão das cidades coloca em questão seus efeitos na sustentabilidade urbana. O surgimento de novas áreas relativamente afastadas dos centros urbanos promove um maior deslocamento e utilização de transportes individuais para a realização de atividades diárias, como ir ao trabalho, estudos, fazer compras e outras atividades de rotina. Esse aumento no uso de transportes provoca uma maior emissão e concentração de gases poluentes que afetam diretamente à atmosfera, assim como, há uma redução de áreas verdes a partir da supressão da vegetação para implantação de novas áreas para habitação.

O fenômeno crescente por terra urbanizada por intermédio da abertura de loteamentos, conjuntos habitacionais e da expansão da malha urbana é um processo verificado nas cidades atuais, sobretudo, nas cidades médias. A transformação de áreas rurais em áreas urbanas reproduz nas cidades implicações que interferem na qualidade ambiental urbana, no modo de uso e ocupação do solo, na apropriação da terra urbana como mercadoria, principalmente, por meio da especulação imobiliária.

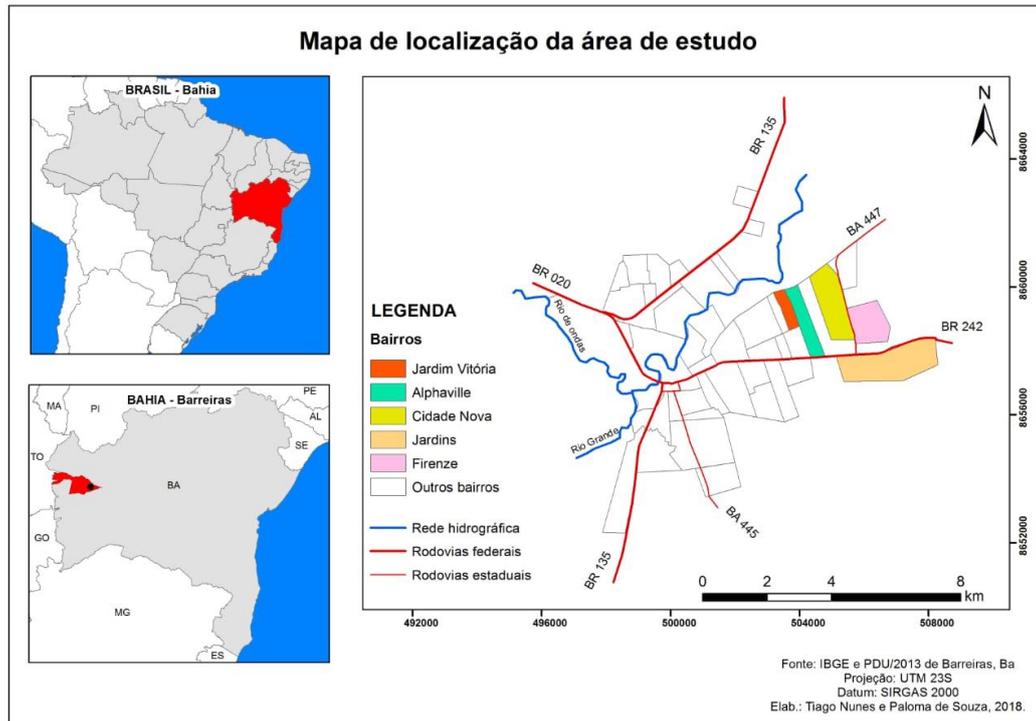
Para o desenvolvimento deste trabalho tomou-se como estudo de caso o município de Barreiras situado no Território de Identidade da Bacia do Rio Grande. O município apresentou, no último censo demográfico (IBGE, 2010), uma população de 137.427 habitantes, e, nos últimos anos, segundo as estimativas, houve um aumento populacional para 157.638 pessoas.

Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a temática das cidades médias e dos impactos socioambientais em áreas de expansão urbana. Para o entendimento dessas relações no espaço urbano de Barreiras utilizou-se a metodologia de *CheckList*. Logo, foram selecionadas trinta e seis atividades relacionadas ao processo de implantação e ocupação dos loteamentos, que possuem implicações de relevância ao ambiente urbano, sendo consideradas as áreas de ocorrência nos meios físico, biótico e antrópico.

A área selecionada para análise neste estudo é considerada como um dos vetores de crescimento da cidade, sendo caracterizada pelo processo de expansão urbana recente, com o parcelamento do solo na modalidade de loteamento. Os loteamentos em estudo, apresentados na

Figura 1, estão situados próximos às margens da BR-242 sentido saída para Salvador, e da BA-447 saída para Angical e de alguns bairros já consolidados. A área de implantação desses loteamentos correspondia à antigas fazendas, em que a transformação de áreas rurais em áreas urbanas constitui o processo de formação desses loteamentos.

Figura 1 – Localização da área de estudo.



Fonte: Elaboração própria (2018).

2 BREVES REFLEXÕES SOBRE AS CIDADES MÉDIAS

Ainda não existe consenso teórico no meio científico para definição do que é a cidade média. Dessa maneira, estudos sobre as cidades não metropolitanas tornaram-se um objeto de grande interesse de discussão em pesquisas empíricas e em reflexões teórico-metodológicas de estudos urbanos.

Para isso, diversos autores adotam diferentes critérios na classificação das cidades médias, podendo ser considerados ou combinados o tamanho populacional, os níveis de crescimento, as funções, as articulações com a rede urbana, a situação geográfica da cidade, o espaço intraurbano entre outras características.

Nesse sentido, Corrêa (2007) apresenta três dificuldades de conceituação da cidade média. A primeira dificuldade corresponde necessariamente ao tamanho demográfico absoluto. Para o

autor essa dimensão deve ser relativizada, pois o quantitativo populacional apresentado em uma cidade não deve ser utilizado como parâmetro de classificação para as demais, ou seja, o tamanho demográfico apresenta diferentes sentidos, já que as cidades apresentam distintos processos de urbanização.

A segunda dificuldade se refere a escala espacial, que consiste em estabelecer um padrão de referência para definir a cidade média enquanto sua espacialidade, o exemplo apresentado pelo autor afirma que numa escala brasileira Aracaju pode ser definida como cidade média, mas, numa escala sergipana, apresenta-se como uma cidade macrocefálica.

Enquanto que a terceira dificuldade corresponde a dimensão temporal essa implica em estabelecer uma referência para a dinâmica demográfica em dado período de análise, em que, uma cidade pode apresentar um valor numérico de habitantes com diferentes significados a depender do período histórico analisado.

Entretanto, para Sposito (2007), deve-se compreender as cidades médias a partir de processos e dinâmicas numa dimensão espacial que considera as relações e as articulações existentes com o espaço rural e com outras cidades. Para a autora, é inválido definir limites demográficos como parâmetro de classificação da cidade de tamanho ou porte médio.

Logo, refletir sobre as cidades médias a partir das funções desempenhadas numa rede urbana, consiste em pensar a cidade média como um nó. Cada nó é pensado como um centro de distribuição de bens e prestação de serviços, assim, a partir da organização regional formam-se condições para a existência de alguns fluxos.

Na perspectiva de Henrique (2010), o estudo sobre as cidades médias deve estar articulado em diferentes escalas de análise, sendo considerado a combinação do seu tamanho populacional, com o plano morfológico da cidade e suas funções desempenhadas numa rede de urbana.

Diante desta concepção, regularmente as cidades pequenas, médias, a grande e a metrópole são identificadas pelo seu tamanho populacional. Em geral, considera-se que as cidades médias são aquelas cujas populações compreendem entre 100 mil e 500 mil habitantes.

Para Henrique (2010), a modificação da morfologia urbana apresentada nas cidades pequenas e médias recebem formas, objetos, conteúdos e problemas que antes só ocorria em núcleos maiores. A alteração da paisagem urbana marcada pela inserção de condomínios e edifícios com vários andares, representa um novo comportamento de consumo presente nessas cidades, para o autor essas novas formas urbanas representa a modernidade, que são incorporadas às novas formas de vida urbana e se opõem aos antigos marcos dessas cidades.

Sendo assim, entende-se que as cidades apresentam diferentes períodos históricos de formação, características geográficas e distintas atividades econômicas que motivaram o seu desenvolvimento. Logo, as cidades médias brasileiras apresentam algumas similaridades em seus processos de expansão urbana, e que refletem nas dinâmicas socioespaciais.

3 IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM ÁREAS DE EXPANSÃO URBANA

No Brasil, as mudanças ambientais como resultado do processo de urbanização, tiveram maior aceleração a partir da década de 1950. O crescimento das grandes cidades se deu associado à degradação dos elementos físico-ambientais no seu entorno. As principais alterações provocadas pelas atividades humanas são: supressão da vegetação, movimentos de terra, impermeabilização do solo, aterramento de rios, riachos, lagoas, etc, ocupação das encostas; destruição de ecossistemas; emissão de resíduos e gases.

Os impactos ambientais podem surgir quando as atividades humanas são executadas de forma inadequada, resultando em vários impactos, tais como: alterações climáticas, danos à flora e fauna, erosão do solo, empobrecimento do solo, assoreamento de recursos hídricos, aumento de escoamento da água, redução da infiltração da água, inundações, alterações na drenagem das águas, deslizamentos de terra, desfiguração da paisagem, poluição ambiental, danos sociais e econômicos e alterações de caráter global (MOTA, 2011).

Os problemas socioambientais urbanos surgem a partir do crescimento das cidades associados à concentração populacional, a desigualdade social e ao uso do solo urbano para fins econômicos, tornando esse tema um grande desafio para as cidades no século XXI. Esse processo não é vinculado somente às metrópoles, passando a ocorrer também em outras escalas urbanas, como em cidades médias.

Para uma análise dos impactos socioambientais associados ao processo de expansão urbana devem ser considerados o aumento populacional e o padrão de expansão física de ocupação. O fator populacional exerce influência sobre a expansão urbana quando ocorrem grandes fluxos migratórios da população para uma dada área urbana. Já o padrão de expansão física constitui-se por novas relações de consumo, consolidando novos padrões de dispersão no espaço (OJIMA, 2008).

Essas relações de dispersão no espaço ou de crescimento territorial urbano podem ser consideradas de forma intensiva quando a ocupação do solo ocorre de modo intensificado,

aproveitando espaços já existentes dentro da área urbana, ou pode se apresentar de modo extensivo, quando há o aumento do limite da cidade.

Logo, ao se tratar do modo de crescimento intensivo Baquero (2016) afirma que cidades compactas e densas tendem a ser mais sustentáveis que cidades extensas. Para o autor, a densificação das cidades a partir do sistema de construção de edifícios eficientes, pode contribuir para a solução da crise ambiental, pois com a compactação da cidade se tem uma concentração de serviços e espaços públicos numa mesma escala de importância, o que contribuiria para a redução do crescimento desordenado da cidade, o melhoramento da mobilidade com a redução do uso de veículos e o aumento de áreas verdes, criando assim um ecossistema urbano eficiente.

Enquanto que o modo de crescimento extensivo apresenta diferentes modelos de expansão, conforme seu processo de ocupação, podendo ser caracterizados como (a) dispersão urbana, quando há a dispersão de núcleos secundários que se mantêm conectados com o centro urbano, (b) difusão urbana, quando há formação de aglomerados urbanos residenciais dependentes do centro urbano, (c) soma de novas áreas ao tecido urbano a partir da transformação de áreas rurais em áreas urbanas, (d) modelo tentacular, com a ocupação de áreas próximas do sistema viário, (e) e por anéis concêntricos quando o crescimento se dá em função de um centro urbano (JAPIASSÚ e LINS, 2014).

Dentre as formas de crescimento de uma cidade, o padrão de dispersão urbana está relacionado ao processo social de estilo de vida de uma sociedade contemporânea. Segundo Ojima (2008), o meio ambiente e a natureza passaram a ser valores determinantes na escolha da localização da moradia de algumas classes sociais.

O crescimento deste tipo de consumo aumenta a procura de áreas próximas dos centros urbanos que possuam maior contato com o meio ambiente. A demanda por este tipo de padrão tem aumentado ao longo dos anos, passando a ser visível nas cidades médias, e tem apresentado efeitos negativos que implicam numa maior necessidade de planejamento urbano e ambiental das cidades.

Um conjunto de problemas econômicos, sociais e ambientais associados à expansão dispersa das cidades coloca em questão seus efeitos na sustentabilidade urbana. O surgimento de novas áreas relativamente afastadas dos centros urbanos promove um maior deslocamento e utilização de transportes individuais para a realização de atividades diárias, como ir ao trabalho, estudos, fazer compras e outros afazeres de rotina. Esse aumento no uso de transportes provoca uma maior emissão e concentração de gases poluentes que afetam diretamente à atmosfera.

Outro fator decorrente da expansão urbana é a redução de áreas verdes a partir da supressão da vegetação para implantação de novas áreas para habitação, indústria, comércio e serviços. Retira-se a vegetação para construir, mas, não se leva em consideração o ambiente sistêmico como um todo, assim, primeiramente, há uma destruição do ambiente natural para, em seguida, artificializar o ambiente.

A procura por terrenos e habitações surge com o aumento do padrão de vida das classes sociais, assim como pelo investimento de imobiliárias e por políticas de Estado. Nesse contexto, Mota (2011, p. 335) afirma que, “a transformação de uma área rural em cidade provoca muitas modificações no ambiente natural, as quais podem ocasionar danos ecológicos irreversíveis, com prejuízos para seus habitantes”. Esses danos estão associados ao processo de uso e ocupação do solo e a qualidade ambiental urbana.

A regulamentação do uso e ocupação do solo urbano é instituída por leis que trata do parcelamento do solo. Este instrumento visa estabelecer a divisão do território em setores ou zonas a partir de critérios e parâmetros que ordenam o crescimento da cidade e a melhor utilização do solo (CASSILHA e CASSILHA, 2012).

O zoneamento constitui-se de um mecanismo que ordena a ocupação das áreas, assim como define o processo de materialização do espaço. Nesse sentido, o capital imobiliário por trás do agente capitalista atua na obtenção das melhores localizações na cidade dentro da política de regulação urbanística, o que contribui para o aumento da especulação imobiliária ou na formação de espaços segregados nas cidades. Conforme Pinto (2013, p. 102):

A implantação de loteamentos e a localização para a implantação dos mesmos, está sujeita a análise do poder público, entretanto, essa geralmente está diretamente ligada aos interesses econômicos e especulativos do mercado, permitindo muitas vezes a implantação de loteamentos, que culminarão na existência de vazios urbanos entre eles e a malha urbana da cidade.

Dessa forma, as relações para a produção do espaço urbano são regidas pela atuação dos diferentes agentes sociais, estes atuam na transformação dos ambientes naturais em áreas urbanizáveis a partir do zoneamento proposto, impactando de forma direta e indireta o ambiente no decorrer da transformação do espaço.

Nesse sentido, é considerado como impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, como consequência de uma determinada ação antrópica, podendo afetar direta ou indiretamente os recursos naturais, a biota, as atividades econômicas e sociais, o bem-estar da população, entre outros (CONAMA, 1986).

De acordo com a Resolução CONAMA N° 001/86, estará sujeito à realização de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) projetos urbanísticos, acima de 100ha. ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental, a critério da SEMA e dos órgãos municipais e estaduais competentes.

Nesse sentido, para o parcelamento do solo urbano para a implantação de empreendimentos imobiliários acima de 100ha. cabe a realização de estudos sobre seus possíveis impactos negativos e positivos ao ambiente. A avaliação prévia de impactos constitui-se em um importante procedimento para determinar as consequências que o empreendimento pode causar aos meios físico, biológico e socioeconômico.

Logo, tendo em vista que a expansão urbana pode ocorrer de diferentes formas, o processo de urbanização provoca diversas alterações no seu entorno, pois, à medida que a cidade cresce, vários impactos podem ser notados no meio ambiente e no modo de vida social. O aumento da população e a consequente ampliação das cidades necessitam ser acompanhados por uma infraestrutura urbana, que deve ser implantada a partir de um planejamento urbano e ambiental, que proporcione aos habitantes uma mínima condição de vida (MOTA, 2011).

Contudo, em sentido inverso, o resultado desse processo tem sido o surgimento de cidades sem infraestrutura adequada, em que a demanda por espaços de habitação desencadeou a ocupação de áreas menos privilegiadas ou com restrições ambientais. Como resultados disso, as consequências desse adensamento urbano sem planejamento passaram a ter maior atenção dos órgãos competentes a partir do planejamento urbano, de modo a ordenar o processo de ocupação irregular em locais de preservação ambiental (CASSILHA e CASSILHA, 2012).

Diante desse cenário, a complexidade do crescimento urbano em grande parte das cidades é notada a partir da apropriação desigual dos espaços da cidade e as habitações dão forma às contradições sociais, que são (re)produzidas com a formação de territórios vulneráveis por grupos sociais que ocupam áreas de risco ou sem infraestrutura, e, por outro lado, a materialização do capital com a criação de grandes empreendimentos imobiliários.

Portanto, a forma de uso da terra, no processo de produção do espaço urbano, uma vez que este é moldado aos interesses do capitalismo, produz segregação espacial no Brasil desde muito tempo. A expansão urbana neste país, tem negligenciado os sítios urbanos, o que tem levado ao agravamento notório de problemas ambientais.

4 IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM BARREIRAS: ANÁLISE DE DADOS CONSOLIDADOS

A recente expansão urbana da cidade de Barreiras é notada pelo crescimento horizontal da sua mancha urbana, caracterizado pelo surgimento de novos residenciais, condomínios e loteamentos em diversas partes da cidade, mas, de forma mais concentrada na porção Leste da cidade, devido as condições ditas favoráveis para ocupação.

Silva (2016) diz que entre os anos de 2013 e 2016, em Barreiras foram criados 14 loteamentos. Porém, o crescimento da cidade também é notado em áreas consideradas impróprias para habitação, em que, as encostas da Serra da Bandeira estão sendo ocupadas de modo informal por grupos sociais que não possuem condições de obter uma habitação estruturada, do mesmo modo, o crescimento urbano acelerado é observado nas encostas da Serra do Mimo, porém de forma não informal.

O crescimento urbano acelerado apresentado é resultado das atividades do agronegócio que foram inseridos na região Oeste, e que refletiu na diversificação e complexificação das funções urbanas de Barreiras, ampliando a sua centralidade perante outras cidades da região, tendo como destaque a concentração de atividades do setor terciário. A cidade apresenta um comércio diversificado com presença de redes nacional e internacional, franquias, bancos públicos e privados, aeroporto, instituições de nível superior como a Universidade Federal do Oeste da Bahia resultado do desmembramento da Universidade Federal da Bahia - UFBA, Universidade do Estado da Bahia e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia dentre outras instituições privadas, sedia principais órgãos públicos estaduais e federais e na área da saúde conta com hospitais e clínicas.

Assim, as demandas do mercado imobiliário surgem na cidade a partir dessa diversificação econômica e da prestação de serviços presentes no município, em que o crescimento urbano acelerado a partir da chegada de novos habitantes exige espaços destinados à moradia.

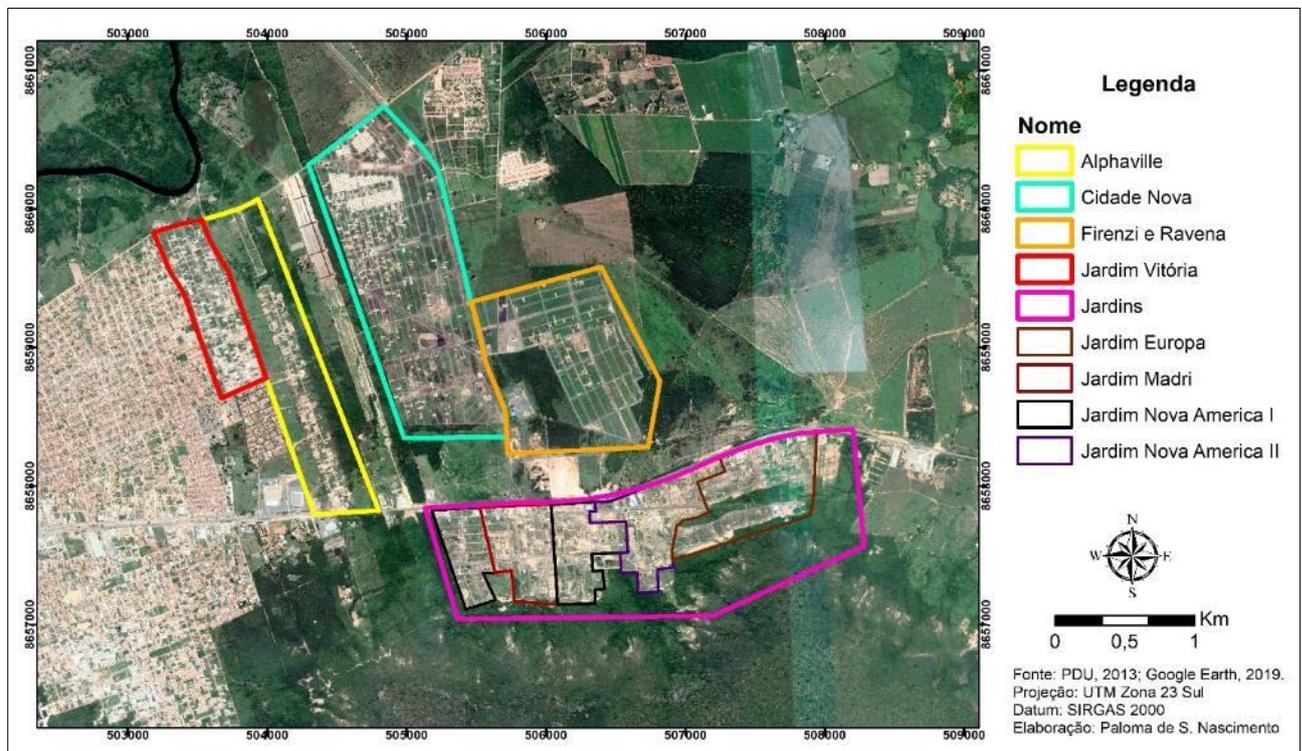
Desta forma, o crescimento do setor imobiliário marca a expansão urbana recente da cidade, os empreendimentos incluem desde loteamentos, residenciais populares e condomínios fechados. Esta fase, na verdade, representa um novo modo de consumo do uso da terra, caracterizado pela expansão extensiva com a abertura de novas áreas e pela expansão urbana intensiva com o processo de verticalização da cidade.

O processo de expansão urbana retratado neste estudo, corresponde ao modo extensivo a partir da abertura de novas áreas. Para tanto, os loteamentos analisados possuem planejamento

urbano e obedecem às diretrizes legais do município para a sua implantação. Foram analisados os loteamentos Alphaville, Cidade Nova, Firenzi, Ravena, Jardim Vitória, Jardim Nova América I e II, Jardim Madri e Jardim Europa.

Foi verificado nos loteamentos a predominância de uso residencial e comercial, com a presença de lojas de pequeno a grande porte (mercados, bares, distribuidora de gás e bebidas, materiais de construção, entre outros serviços), lojas e oficinas voltadas ao serviço de máquinas e veículos. Por se tratar de um processo recente, a densificação de construções nos loteamentos ainda é considerada baixa, podendo ser verificada a partir da Figura 2, em que a presença de espaços sem construções sobressai as áreas edificadas.

Figura 2 - Ocupação dos loteamentos.



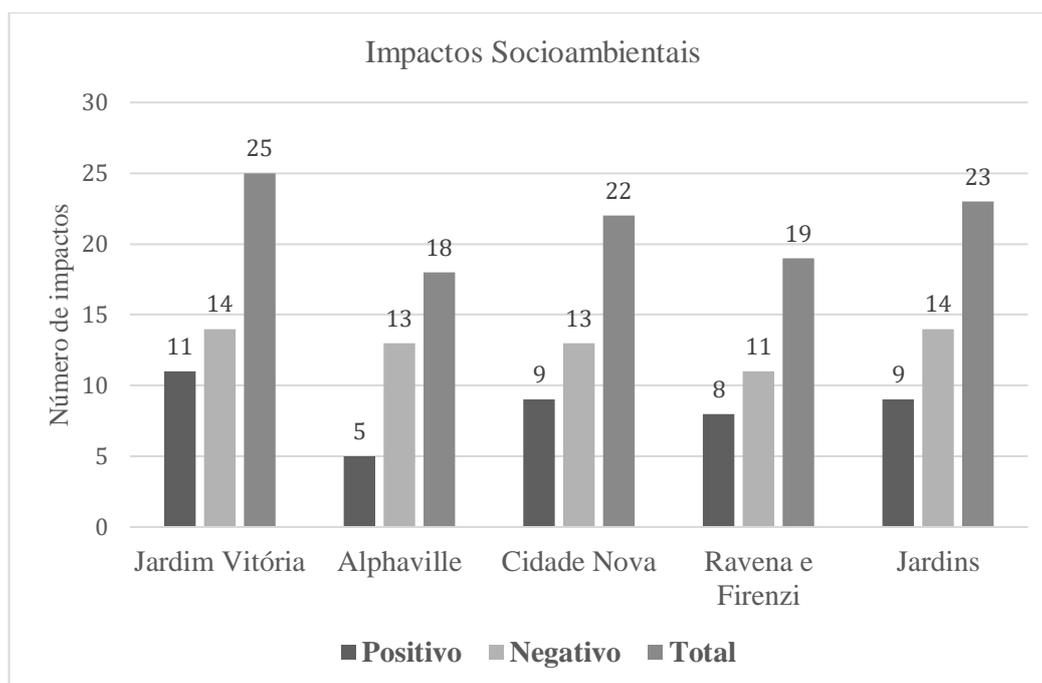
Fonte: Elaboração própria (2019).

Os resultados obtidos na análise possibilitaram compreender e avaliar os impactos inerentes a implantação desses empreendimentos na área estudada. Nesta pesquisa não houve quantificação de intensidade ou proporção dos impactos, de modo que os resultados pressupõem sua ocorrência observadas em campo, ou seja, uma avaliação empírica de observação da realidade, assim como levantamento de hipóteses dos riscos subordinados a determinadas condições futuras.

De modo geral, o método *Checklist* identificou nos loteamentos 30 (trinta) atividades impactantes que afetam os meios físico, biótico e antrópico da área analisada, sendo 18 (dezoito)

considerados como impactos negativos. O gráfico 1 apresenta a distribuição dos impactos por loteamentos, considerando que o loteamento intitulado “Jardins” corresponde aos loteamentos Jardim Nova América I e II, Jardim Madri e Jardim Europa, que se constituem em um empreendimento de modo homogêneo.

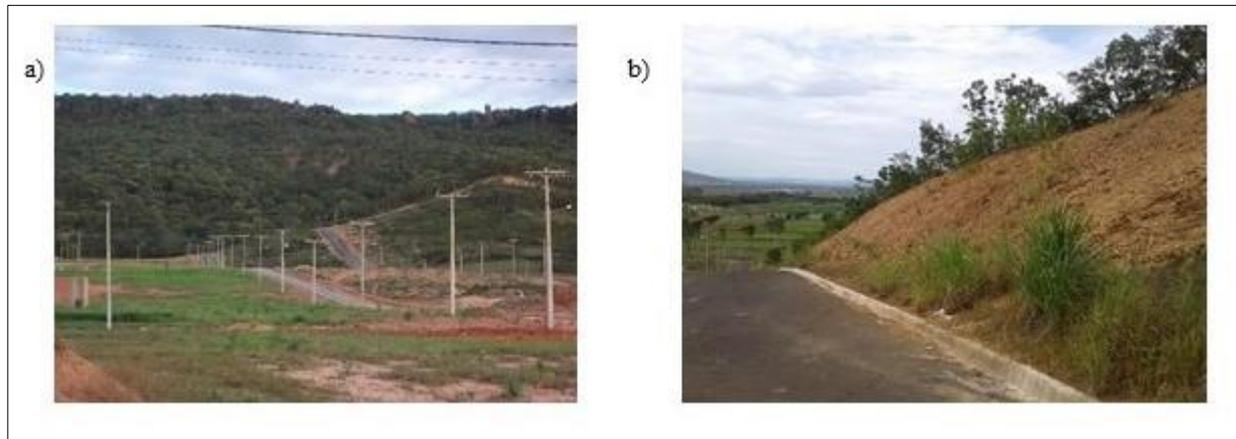
Gráfico 1 - Distribuição dos impactos socioambientais nos loteamentos.



Fonte: Elaboração própria (2019).

Sendo assim, no meio físico foram encontrados no espaço de ocorrência local impactos negativos de ordem direta e indireta, sendo estes determinados pela abertura das novas áreas, como alteração das características superficiais do solo, compactação do solo, alteração da paisagem local e alteração da morfologia das vertentes conforme apresentado na Figura 3, em que houve alterações na parte inferior da Serra do Mimo, localizada nos loteamentos Jardins.

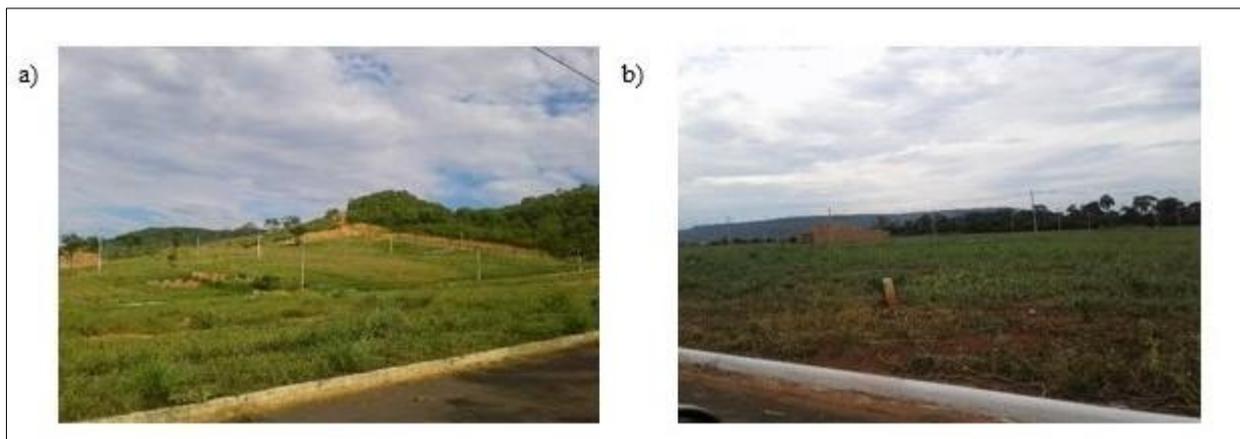
Figura 3 - Alteração na morfologia da Serra do Mimo.



Fonte: Trabalho de campo, 2015 e 2019. Foto: Paloma de Souza Nascimento.

As atividades realizadas sob os aspectos ambientais do meio biótico são características do processo de implantação e operação dos loteamentos, sendo caracterizadas pela fragmentação de hábitat, evasão da fauna e remoção da vegetação, tendo em vista que a supressão da vegetação se faz necessário para a circulação de máquinas e veículos. Nesse sentido, na Figura 4 é possível observar a presença de fragmentos da vegetação típica dos locais, (a) corresponde a uma área do loteamento Jardins e (b) do loteamento Firenzi.

Figura 4 – Supressão da vegetação.



Fonte: Trabalho de campo, 2019. Foto: Paloma de Souza Nascimento.

No meio antrópico foram verificadas atividades de ordens positiva e negativa, sendo estas com chances de ocorrência determinística e probabilística a médio e longo prazo, pois a ocupação dos loteamentos ainda não está totalmente consolidada.

Sendo assim, os impactos negativos listados a partir da análise correspondem ao aumento da demanda por energia, água tratada e coleta de lixo, aumento na geração de resíduos sólidos, deposição de lixo e entulhos em vias urbanas, agravamento de problemas de acesso rodoviário, ausência de serviços públicos e aumento da especulação imobiliária. Na Figura 5 os itens (a) e (b) compreendem ao loteamento Alphaville, dentre os loteamentos analisados este não possui infraestrutura adequada, as vias não possui pavimentação e apresenta descarte inadequado de resíduos e entulhos de construções nos lotes baldios, o item (c) apresenta uma construção imponente, que evidencia a formação de espaços de segregação no loteamento Jardins, enquanto que o item (d) demonstra residências no loteamento Jardim Vitória sem afastamento nas laterais de cada lote, o que indica uma maior impermeabilização do solo, sendo este o tipo construção mais verificado nos loteamentos.

Figura 5 - Impactos negativos no meio antrópico.

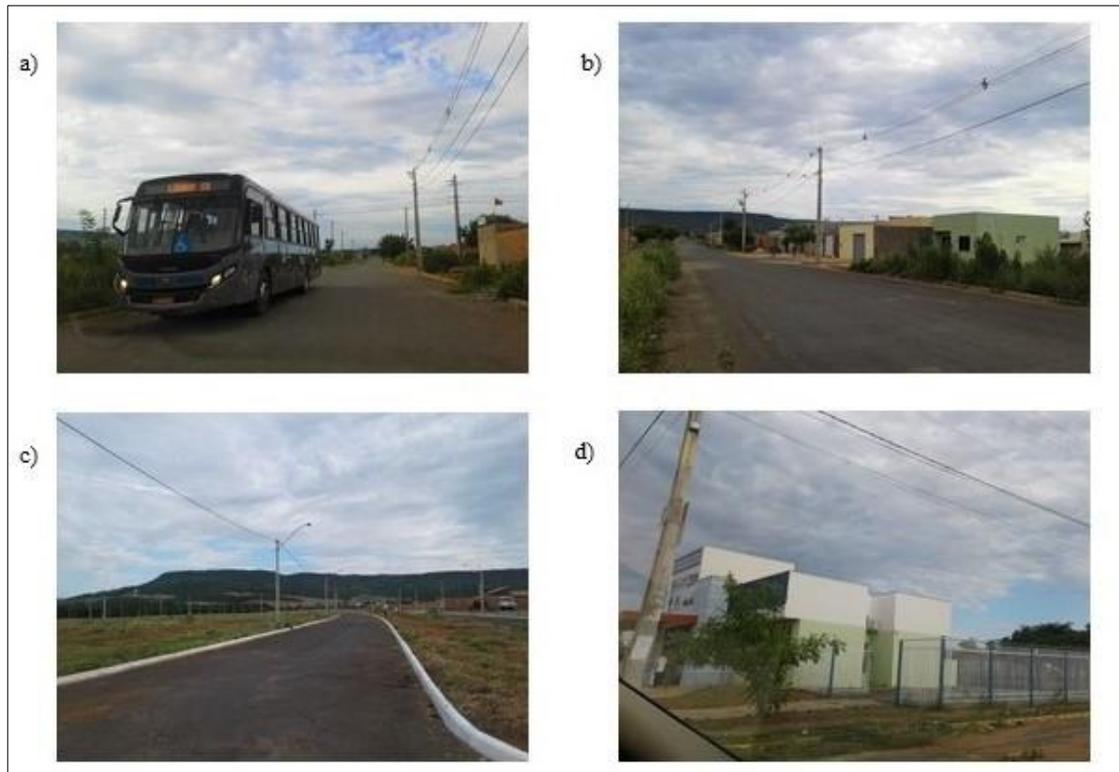


Fonte: Trabalho de campo, 2019. Fotos: Paloma de Souza Nascimento.

Entretanto, em maior parte os impactos positivos listados devem se manifestar a longo prazo, pois o processo de ocupação dos loteamentos ainda é recente. Sendo assim, a Figura 6 apresenta algumas situações encontradas nos loteamentos, sendo caracterizado pela melhoria da oferta de transporte público para os loteamentos Jardim Vitória e Cidade Nova, o aumento da

oferta habitacional, na qual a imagem (b) apresenta habitações do programa habitacional Minha Casa Minha Vida no loteamento Cidade Nova. Outro aspecto positivo constitui-se na geração de empregos temporários e fixo, com o aquecimento do mercado local e de prestação de serviços, assim como, inserção de novas referências estéticas e de organização em ambos loteamentos.

Figura 6 - Impactos positivos no meio antrópico.



Fonte: Trabalho de campo, 2019. Fotos: Paloma de Souza Nascimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abertura de novas áreas para fins de expansão urbana é comumente verificada nas cidades brasileiras, na qual a urbanização do território de forma acelerada tem ocorrido por meio do incentivo de políticas habitacionais e pelo aquecimento do mercado imobiliário, que por vezes, tem levado a expansão urbana das cidades de modo exagerado.

Desse modo, entende-se que a recente expansão urbana de Barreiras a partir da implantação de novos loteamentos apresenta implicações ambientais e urbanas. Na qual, a partir desse processo houve a ampliação do perímetro urbano e conseqüentemente a redução de áreas verdes, o aumento do solo exposto, aumento do descarte de resíduos sólidos em locais inadequados. Assim como, as implicações urbanas verificadas compreendem no aumento da especulação imobiliária, na

formação de espaços de segregação socioespacial, na carência de serviços públicos urbanos que geram mais custos para a gestão municipal e na redução do tamanho de lotes que implica numa maior impermeabilização do solo.

Portanto, algumas medidas podem ser adotadas para minimizar os impactos gerados, conforme ocorre a ocupação gradativa dos loteamentos. Na qual, o Poder público pode implementar projetos que visa a ampliação de áreas verdes, o melhoramento da mobilidade urbana e o provimento de serviços públicos essenciais à população.

6 REFERÊNCIAS

BAQUERO, Andrés. Ciudades de hoy para un mañana mejor. **Ecuador Terra Incognita**, n. 100, Quito, 2016, p. 16 – 18.

BRASIL. República Federativa do, **Resolução do CONAMA nº 01 de 1986**. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambientais. Brasília: 1986.

CASSILHA, Gilda A; CASSILHA, Simone A. **Planejamento urbano e meio ambiente**. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (org.). **Cidades médias: espaços de transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23 – 33.

HENRIQUE, Wendel. Diferença e repetições na produção do espaço urbano de cidades pequenas e médias. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudo de caso**. Salvador: SEI, 2010. pp. 45 – 78.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>, acesso em: 22 de nov. 2018.

JAPIASSÚ, Luana Andressa Teixeira; LINS, Regina Dulce Barbosa. As diferentes formas de expansão urbana. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 02, n. 13, pp. 15-25, 2014.

MOTA, Suetônio. **Urbanização e meio ambiente**. Fortaleza: Abes, 2011.

OJIMA, Ricardo. Novos contornos do crescimento urbano Brasileiro? O conceito de urban sprawl e os desafios para o planejamento regional e ambiental. **Geographia**. Niterói, v. 10, n. 19, p. 46 -59, 2008.

PINTO, Eduardo da Silva. Os loteamentos urbanos e seus impactos ambientais e territoriais: o caso do loteamento Villaggio II na cidade de Bauru-SP. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, Tupã, v. 01, n. 03, pp. 95-135, 2013.



SILVA, Pollyana Ferreira da. **Avaliação da expansão urbana de Barreiras-BA.** 2016. Monografia (Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental). Barreiras: Universidade Federal do Oeste da Bahia, Barreiras, 2016, 95 p.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (org.). **Cidades médias: espaços de transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233 – 253.